

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JULIA BISINELLA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS:
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
NOVA PÁDUA (RS)**

**CAXIAS DO SUL
2022**

JULIA BISINELLA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS:
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
NOVA PÁDUA (RS)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como critério de avaliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II para a Universidade de Caxias do Sul no curso de Bacharelado em Administração.

Orientador Prof.: Leonardo Roth

**CAXIAS DO SUL
2022**

FOLHA DE APROVAÇÃO

JULIA BISINELLA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS:
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
NOVA PÁDUA (RS)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como critério de avaliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II para a Universidade de Caxias do Sul no curso de Bacharelado em Administração.
Orientador Prof. Me. Leonardo Roth

Aprovado em: 01/12/2022 às 14h50min.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Me. Leonardo Roth

Avaliador 1: Prof. Me. Ronald Lopes de Oliveira

Avaliador 2: Prof. Dr. Roque Alberto Zin

**CAXIAS DO SUL
2022**

RESUMO

Educação Financeira é a base para alcançar o controle sobre as finanças pessoais e consumo de modo consciente para assim obtermos uma melhor qualidade de vida. Este estudo teve como objetivo principal apresentar o conceito da Educação Financeira, em específico no âmbito escolar da criança e adolescente e características gerais desse tema. Abrange sua importância na vida de cada cidadão, os benefícios dos hábitos e consumos responsáveis e como a temática vem sendo difundida em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular. Buscou-se analisar a inserção do ensino da Educação Financeira em uma escola pública de ensino, localizada no município de Nova Pádua - RS. Com esse objetivo, realizou-se um estudo de caso por meio da aplicação de questionários com perguntas abertas a diretora, vice-diretora e professores da instituição. Os resultados afirmam que a disciplina está introduzida de modo transversal, sendo que todos os profissionais apresentam conhecimentos sobre o tema e mais da metade inclui a temática na disciplina que ministra. Também apresentam entendimento da importância da Base Nacional Comum Curricular como uma diretriz ideal para nortear os currículos.

Palavras-chave: educação financeira; Base Nacional Comum Curricular; escola; estudo de caso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama Educação Financeira	14
Figura 2 – Pesquisa CNC.....	16
Figura 3 – Tipos de Dívidas dos Brasileiros	17
Figura 4 – Hipóteses Sobre o Nível de Educação Financeira da População	19
Figura 5 – Temas Transversais nos PCNs.....	22
Figura 6 – Infográfico ENEF	24
Figura 7 – Linha do Tempo	26
Figura 8 – Temas Contemporâneos Transversais na BNCC	29
Figura 9 – Comportamentos Indicadores de Consumo Consciente	33
Figura 10 – Gráfico 1: Capacidade de Trabalhar os Conteúdos Previstos na BNCC	42
Figura 11 – Gráfico 2: Realização/Oferta de Cursos Para Formação e Realização de Debates.....	43
Figura 12 – Gráfico 3: Forma de Abordagem das Finanças.....	44
Figura 13 – Gráfico 4: Idade Mais Apropriada Para a Abordagem da Educação Financeira.....	45
Figura 14 – Gráfico 5: Capacidade de Abordar a Educação Financeira	46
Figura 15 – Nuvem de Palavras	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo Entre PCNs, DCNs e BNCC.....	29
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF	Associação de Educação Financeira
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional pela Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EF	Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FNE	Fórum Nacional de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
TCC	Teste do Consumo Consciente
TCT's	Tema Contemporâneo Transversal (TCT's)
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> (Fundo Mundial da Natureza)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 TEMA E DELIMITAÇÃO DO TEMA	10
1.2 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	10
1.3 OBJETIVOS	10
1.3.1 Objetivos Gerais	10
1.3.2 Objetivos Específicos	11
1.4 JUSTIFICATIVA	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	12
2.2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS	15
2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL	20
2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ASPECTOS E DIRETRIZES LEGAIS	21
2.4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC	27
2.5 CONSUMO CONSCIENTE	31
3 METODOLOGIA	35
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	35
3.2 TIPOS DE PESQUISA	35
3.2.1 Pesquisa Bibliográfica	36
3.2.2 Estudo De Caso	36
3.3 UNIVERSO E AMOSTRA	37
3.3.1 Universo	37
3.3.2 Amostra	38
3.4 PARTICIPANTES DO ESTUDO	38
3.5 COLETA DE DADOS	39
3.6 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS	40
4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	48
5 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – PESQUISA SOBRE A PESPPECTIVA DO DIRETOR E VICE-DIRETOR SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA LUIZ GELAIN	58

APÊNDICE B – PESQUISA SOBRE A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA LUIZ GELAIN.....	59
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira, que tem crescido em importância tanto em nível nacional quanto mundial, é um aspecto crucial para alcançar uma boa qualidade de vida e identificar os próprios comportamentos e padrões de gastos. Para aproveitar plenamente este conhecimento, a Educação Financeira, que ao longo deste trabalho será tratada por EF, não é algo que possa ser realizado em poucos minutos.

A pesquisa global de alfabetização financeira S&P Global Financial Literacy Survey verificou, na pesquisa de 2016, que dois em cada três adultos do mundo eram analfabetos financeiros. No Brasil, apenas 35% dos respondentes acertaram as questões aplicadas, resultado que coloca o país em 67º lugar entre 143 países analisados (CENTRO DE FINANÇAS, on-line).

Pesquisas como essa mostram a urgência em se abordar conceitos financeiros o mais precoce possível, para que quando adultos, os indivíduos não careçam de conhecimentos tão importantes como este.

Atualmente, pode-se observar o reflexo do analfabetismo financeiro muitas vezes herdado das gerações passadas, a partir dos altos índices de endividamento, inadimplência, indivíduos extremamente consumistas, entre outros diversos reflexos negativos presentes no cotidiano.

No geral, muitas pessoas das gerações anteriores não obtiveram acesso a informações sobre como realizar o planejamento financeiro, e portanto, torna-se importante a inserção da educação financeira em sala de aula desde o início da vida escolar de cada jovem. Sendo assim, quando se tornar um adulto, terá capacidade de transferi-los para as gerações futuras. Isso irá impactar positivamente no desenvolvimento do país, diminuindo as taxas de inadimplência e levando a população a ter uma melhor qualidade de vida (BRÖNSTRUP, 2016).

A Educação Financeira, quando tratada de forma pedagógica e reflexiva, exerce uma importante função sobre as crianças, adolescentes e também adultos na construção de bases para uma vida saudável, equilibrada e promissora em relação às finanças. Através do ensino da Educação Financeira, é possível conscientizar as pessoas para que aprendam a lidar com o dinheiro, estimulando que se gaste menos do que se ganha. Logo, elas poderão ter um futuro mais tranquilo e menos incerto (BRÖNSTRUP, 2016).

Diante disso, este estudo buscou analisar a importância da inserção da Educação financeira dentro do ambiente escolar através do estudo de caso de uma escola pública de ensino no Município de Nova Pádua.

As seções seguintes resumem os principais pontos deste estudo. Inicia com uma descrição da questão, seguida por uma problematização, uma explicação dos objetivos do estudo, o contexto da referência teórica, e a pesquisa de campo. Finalmente, o capítulo conclui com as considerações finais do estudo.

1.1 TEMA E DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este estudo abrange a importância da inserção da educação financeira no âmbito escolar das crianças e adolescentes o mais precoce possível, desde o ensino fundamental.

Para isso, buscaram-se elementos e opiniões pedagógicas acerca do assunto, apontar o impacto que este tema tem na vida dos alunos, bem como sua inserção em documentos oficiais.

1.2 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Diante do contexto apresentado e para melhor explicitar a percepção de gestores e professores sobre o tema proposto, buscou-se, com esta pesquisa, responder ao seguinte questionamento: qual a importância, os objetivos, os resultados e as dificuldades da inserção da Educação financeira dentro do ambiente escolar?

1.3 OBJETIVOS

Neste tópico, são expostos o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

1.3.1 Objetivos Gerais

O objetivo geral do presente estudo se volta em descrever como a inserção dos conceitos de conscientização da educação financeira é realizada no processo de ensino e aprendizado dentro do ambiente escolar.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever as definições da educação financeira dentro do âmbito escolar;
- Apontar a importância da educação financeira no cotidiano dos indivíduos vindo a desenvolver os hábitos de consumo consciente;
- Identificar documentos oficiais que se refiram à aplicabilidade da educação financeira no ambiente escolar, como a BNCC;
- Analisar as perspectivas de diretores e professores sobre a aplicabilidade do tema dentro das escolas.

1.4 JUSTIFICATIVA

As crianças criam suas identidades e adquirem informações e habilidades que as ajudarão no futuro durante toda a infância e puberdade, tornando a idade escolar o momento ideal para introduzir a educação financeira na vida das crianças.

Como este assunto é crucial para ajudá-las a desenvolver futuramente hábitos de gastos mais autossuficientes, evitar dívidas incontroláveis e alcançar a independência financeira, este estudo concentrou-se no âmbito escolar, utilizando documentos oficiais como a BNCC, livros, artigos e outros materiais que abordam o assunto como ponto de partida para o estudo e a opinião de profissionais da área.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do presente estudo tem como objetivo descrever a importância da Educação Financeira dentro do âmbito escolar com enfoque no ensino fundamental, sua importância para o planejamento financeiro pessoal, consumismo e suas consequências. Abrange também as aprendizagens essenciais da Base Nacional Comum Curricular e sua relevância para a aplicabilidade deste tema dentro das escolas, bem como outros documentos oficiais.

2.1 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Aprender o conceito de educação financeira pode favorecer a compreensão e entendimento da importância de se educar em relação às finanças pessoais. Diante deste tema, surgem diversos termos como poupar, planejar, investir, guardar e orçar.

Tendo isso como ponto de partida, a Educação Financeira (EF) se torna indispensável na vida das pessoas. Diariamente, os indivíduos são confrontados com situações que de alguma maneira exigem conhecimentos financeiros. Seja o simples ato de fazer compras no mercado, decidir a melhor opção para comprar um automóvel, ou até mesmo realizar uma aplicação em algum tipo de investimento. As atividades financeiras realizadas hoje devem ser precedidas de uma boa Educação Financeira por parte do cidadão, de forma que este não conheça apenas o algebrismo de cada operação, mas algo mais amplo como o manuseio e manutenção do dinheiro, consciência da importância de guardá-lo, possuir uma poupança, fazer orçamentos, entender algo sobre investimentos, dentre outras coisas (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018)

De acordo com o Banco Central do Brasil, o principal objetivo da EF é educar os indivíduos sobre a importância do planejamento financeiro para fazer boas escolhas, o que beneficia o bem-estar geral da sociedade. A educação financeira é um investimento benéfico, seja porque um sistema financeiro mais forte resultaria em um sistema financeiro mais estável e eficiente, ou porque cada indivíduo estaria melhor preparado para lidar com as questões da vida e os maus momentos que envolvem a questão financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Procurando mais definições sobre a EF, segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil - AEF (2016, online), não é uma coleção de habilidades

matemáticas, mas uma forma de perceber a realidade, planejamento de vida, prevenção e realização individual e comunitária.

Segundo Modernell (2011), a EF é um conjunto completo de regras e explicações sobre posturas e comportamentos adequados no planejamento e utilização dos recursos financeiros pessoais. Há quem diga que ao se buscar Educação Financeira se está procurando riqueza e fortuna, mas este pensamento é uma comprovação da falta de conhecimento no assunto (MODERNELL, 2011). Conforme Kiyosaki e Lechter (2000), isso é perigoso, já que as pessoas estão mais preocupadas em acumular riqueza que em aprender. Se elas forem receptivas a novas ideias e adaptáveis às circunstâncias em mudança, estarão mais equipadas para tirar proveito do que a vida tem a oferecer (KIYOSAKI; LECHTER, 2000, p. 59).

Como afirmam Buss e Amorim (2020), na prática, a EF não se trata de deixar de comprar o que gosta, sair com os amigos, não fazer a viagem dos sonhos para simplesmente estocar dinheiro. A vida é feita de escolhas, sejam elas conscientes ou não. Porém, em alguns momentos, os indivíduos escolhem tomar algumas atitudes não pensando conscientemente, mas sim agindo impulsivamente pelas emoções. Para os autores, ter muitas riquezas torna-se irrelevante quando o indivíduo não sabe controlá-las e administrá-las de forma correta. Ao contrário, uma pessoa que sabe economizar e investir, mesmo possuindo pouco dinheiro, poderá, com inteligência e planejamento, multiplicar o valor que possui (BUSS; AMORIM, 2020).

Neste sentido, Reinaldo Domingos desenvolveu a Metodologia DSOP Educação Financeira (Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar), que foi criada em 2008, e é uma organização dedicada à propagação da educação financeira no Brasil e no mundo. Tal ferramenta é prática e cientificamente comprovada para estabelecer novos hábitos de consumo e relação com o dinheiro, priorizando a realização dos sonhos como principal motivador para a mudança de vida. Conforme Domingos (2022):

Educação Financeira é uma ciência humana que busca a autonomia financeira, fundamentada por uma metodologia baseada no comportamento, com o objetivo de construir um modelo mental que promova a sustentabilidade, crie hábitos saudáveis e proporcione o equilíbrio entre o SER, o FAZER, o TER e o MANTER, como escolhas conscientes para a realização de sonhos e necessidades (DOMINGOS, 2022, p. 3).

Domingos (2022) ainda conclui que a Educação financeira se trata de uma ciência que conversa com todas as demais áreas do conhecimento.

Com isso, Azevedo (2019) também entende que a EF não se trata de um tema isolado, mas sim de um grupo de relações com temas matemáticos, não matemáticos e sociais. A partir disso, elaborou um diagrama para facilitar a visualização das principais ligações com a Educação Financeira.

Figura 1 – Diagrama Educação Financeira



Fonte: Azevedo (2019).

Assim, atitudes como reduzir compras desnecessárias, reutilizar o máximo antes de descartar e recusar produtos não sustentáveis, resultam em comportamentos favoráveis ao meio ambiente. Ademais, também é importante aprender a atentar-se ao excesso de propagandas e anúncios para não consumir compulsivamente para assim não gerar o endividamento (AZEVEDO, 2019).

Então, observa-se que a educação financeira tem ligação com diversos outros temas do cotidiano. Consumo, educação ambiental, ética, matemática, sustentabilidade e propagandas são alguns dos assuntos que o autor demonstra estarem ligados com a questão da educação financeira (AZEVEDO, 2019).

Tendo em vista as diversas áreas da vida que a educação financeira impacta, tornar a temática parte do cotidiano escolar contribui para a aprendizagem dos estudantes em relação ao tema e, principalmente porque estão em uma etapa de suas vidas em que o futuro está ligado à vida universitária e profissional e que, para isso, precisam de suporte no presente (RAFAEL *et al.*, 2021).

Portanto, abordar a questão da Educação Financeira nas escolas ajuda as crianças a se tornarem adultos financeiramente mais responsáveis que entendem como administrar seus recursos e evitar gastos excessivos (VILHENA, 2014).

2.2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

No início, segundo Rossetti (1997), quando a divisão do trabalho começou a ser praticada, surgiram os primeiros sistemas de trocas baseadas no escambo. Devido à inexistência de um sistema monetário, eram realizadas trocas de produtos e serviços. Parecia ser um sistema simples, mas o possuidor de certo produto deveria encontrar alguém que precisasse do mesmo item e tivesse um produto que lhe interessasse. Mais adiante, ocorreu a descoberta dos metais (ouro, cobre e prata) e perceberam que a utilização deles era uma forma mais justa de valorizar o que produziam para comercialização. Depois, conforme Weatherford (2005), o dinheiro evoluiu para moedas e notas, cheques, contas bancárias e cartões de crédito on-line.

Dos relatos históricos aos antropológicos, Bauman (2008) argumenta que o consumo remonta às origens dos seres vivos. O consumo se desenvolveu independentemente do dinheiro na sociedade capitalista através das trocas entre as pessoas anteriormente citadas, indicando que o dinheiro em si não deu origem ao consumo (BAUMAN, 2008).

A variação econômica que o Brasil enfrentou sendo palco de décadas de desastres inflacionários e mudando de moeda oito vezes em 52 anos (1942 e 1994), acabou gerando uma instabilidade econômica que por muito tempo fez parte da vida dos brasileiros e que muitos ainda trazem em suas vidas, reflexos desse passado. De manhã, o produto tinha um preço e à tarde o valor mudava, fazendo com que as pessoas criassem o hábito de comprar os produtos rapidamente, antes que houvesse alteração nos preços novamente. As pessoas se sentiram sufocadas por esse período de inflações, no qual qualquer tentativa de se planejar no sentido financeiro gerava resultados fracos e frustrantes (D'AQUINO, 2016).

Todos estes eventos, além de outros que ocorreram ano após ano, provocaram aumento dos gastos, o que resultou nas pessoas perdendo o controle de seu dinheiro. O mundo financeiro mudou drasticamente nas últimas décadas, mas o nível médio de conhecimento financeiro do público não acompanhou o ritmo. Devido à falta de educação financeira e fácil acesso ao crédito, muitas pessoas ficaram gravemente endividadas, resultando em uma perda de renda e endividamentos (BUSS; AMORIM, 2020).

O planejamento financeiro e o consumo consciente são umas das principais necessidades da sociedade atual. Como exemplo, a Pesquisa Nacional de

Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional), que tem sido realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) desde janeiro de 2010 e compreende 18 mil consumidores, concluiu que o endividamento das famílias está em um recorde histórico, e muitas famílias estão lutando para conseguir pagar as contas.

De acordo com a pesquisa realizada em março deste ano, 75,5% das famílias relataram ter algum tipo de dívida a vencer (cartão de crédito, cheque especial, carnês de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa, entre outros), a maior proporção em 12 anos já apurada pela PEIC, visto que em março do ano passado (2021), as famílias endividadas eram 67,3%, conforme mostra a tabela a seguir (CNC, 2022).

Figura 2 – Pesquisa CNC

Síntese dos Resultados			
	Total de Endividados	Dívidas ou Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
mar/21	67,3%	24,4%	10,5%
fev/22	76,6%	27,0%	10,5%
mar/22	77,5%	27,8%	10,8%

Fonte: CNC, 2022.

Verifica-se que a parcela de famílias endividadas no cartão de crédito aumentou em comparação com março de 2021. O endividamento no cartão resultou no maior percentual histórico mesmo com os juros mais altos.

Figura 3 – Tipos de dívidas dos brasileiros

Tipo de dívida (% de famílias)			
Março de 2022			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	87,0%	86,5%	89,3%
Cheque Especial	5,9%	6,2%	4,6%
Cheque Pré-Datado	0,6%	0,7%	0,5%
Crédito Consignado	6,1%	6,0%	6,3%
Crédito Pessoal	9,4%	9,8%	7,6%
Carnês	18,7%	18,9%	17,0%
Financiamento de Carro	11,2%	9,5%	19,2%
Financiamento de Casa	8,6%	6,9%	16,3%
Outras dívidas	2,1%	2,2%	1,6%
Não sabe	0,0%	0,1%	0,0%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,0%

Fonte: CNC, 2022.

Conforme a tabela da pesquisa, o destaque está entre as famílias com renda mais elevada, mais de dez salários mínimos por mês: a proporção de endividados pelo cartão de crédito apontou o maior crescimento, se comparado às famílias de menor renda. Já no uso de cheque especial, por exemplo, famílias com menor renda tiveram uma porcentagem maior (CNC, 2022).

Segundo estudo de Siebel e Zdanowicz (2019), com a aquisição de um cartão de crédito, a pessoa fica sujeita a adquirir bens e serviços de forma parcelada, muitas vezes gastando mais do que a sua renda mensal permite. As pessoas estão endividadas por não medirem de modo adequado seus gastos individuais, nem questionarem sobre as tarifas e os juros cobrados pelas instituições desses cartões. Diante desse cenário, percebe-se o total comprometimento da renda mensal em bens de consumo, muitas vezes supérfluos, como roupas, artigos de beleza e acessórios para carros.

Por isso, o planejamento e o controle financeiros estão diretamente ligados ao tema da educação financeira. Muito provável que, se as pessoas tivessem essa alfabetização e aprendizados sobre como administrar seu dinheiro, não possuiriam dívidas incontroláveis de qualquer tipo (SIEBEL; ZDANOWICZ, 2019).

As operadoras desses cartões observam os comportamentos de compra dos jovens consumistas, e assim disponibilizam crédito e oferecem empréstimos com facilidades para pagamentos. Com isso, esses jovens se tornam adultos com

dificuldades financeiras, sem controle para administrar seu próprio salário, interferindo diretamente na vida em todos os sentidos, tanto na pessoal quanto na profissional. É complicado lidar com o consumo em um mundo onde os indivíduos são impulsionados a consumir desde tenra idade. E isso acontece a partir do momento em que o sujeito não sabe separar o que é querer (vontade de consumir/comprar) e precisar (ter necessidade de algo) (DE SOUZA, 2012).

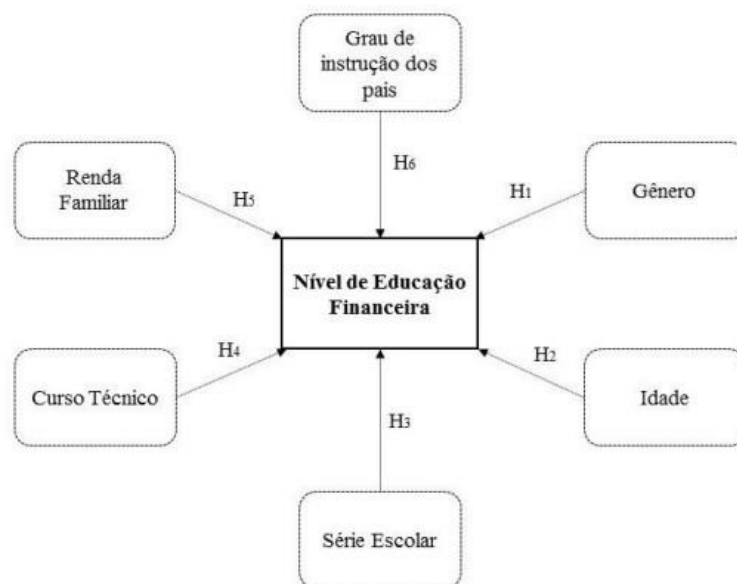
Seguindo a mesma linha de raciocínio, Carvalho e Scholz (2017) produziram um estudo com o objetivo de analisar a importância da educação financeira aplicada para os alunos de ensino fundamental e médio de uma escola pública. Foram coletados dados por meio de análise dos planos de estudo, dos documentos orientadores oficiais, e ainda, mediante a realização de entrevistas individuais e em grupo com a supervisora e professores de matemática.

Ao final da pesquisa, perceberam que a educação financeira é um assunto pouco abordado em sala de aula. Na escola em questão, o assunto é empregado somente dentro da disciplina de matemática. Temas como descontos, porcentagem e juros, são ensinados apenas no final do ensino fundamental, ficando do primeiro ano até o quinto ano sem que haja nenhuma abordagem sobre finanças para os alunos dos anos iniciais. Já no ensino médio, a única evidência de abordagem foi no segundo e terceiro ano, séries nas quais é apresentada a matemática financeira, mas que conforme os próprios profissionais relataram, ocorre de forma tardia.

A partir disso, percebe-se que existe uma grande carência de educação financeira na escola pesquisada. Com isso, Carvalho e Scholz (2017) sugeriram uma reorganização nas propostas pedagógicas da escola para qualificar o ensino da matemática financeira aos estudantes. Ressaltaram a importância de que exista maior estímulo e melhor aproveitamento desta abordagem em sala de aula, não apenas para a escola em destaque, mas para todas as outras instituições, a fim de evitar que estes futuros adultos usem de forma descabida seu dinheiro (CARVALHO; SCHOLZ, 2017).

Frente a essas pesquisas e realidade sobre o assunto, outro estudo fez-se notar sobre o tema. Após analisarem alguns estudos, Guimarães e Iglesias (2021) constataram determinadas hipóteses a serem testadas com relação ao nível de educação financeira da população.

Figura 4 – Hipóteses sobre o nível de educação financeira da população



Fonte: Guimarães; Iglesias, 2021.

Na figura com o modelo conceitual, constam seis hipóteses: renda familiar, curso técnico, série escolar, idade, gênero e grau de instrução dos pais. Todas elas impactam de alguma forma no grau de alfabetização financeira do público.

Nos resultados da pesquisa de Guimarães e Iglesias (2021), foi constatado que, referente à hipótese número 1 (H1), os homens apresentaram nível mediano de educação financeira enquanto as mulheres tiveram índice baixo. Nos resultados da hipótese H2, não foi possível alegar que o índice de educação financeira é maior conforme aumenta a idade, já que a maioria dos alunos entre 15 e 17 anos possui nível baixo de alfabetização financeira.

Sobre as hipóteses H3 e H4 do estudo, ambas demonstraram que, conforme o avanço das séries e nível de curso, houve elevação do índice de educação financeira. Quanto à associação da educação financeira com a renda familiar (H5), observou-se que os alunos cujas famílias possuíam renda maior que quatro salários-mínimos também tiveram desempenho superior aos estudantes cujas famílias possuem renda de até quatro salários-mínimos. Por fim, a H6, quando considerada a escolaridade dos pais dos alunos da amostra, não foi possível identificar associação entre maiores índices de educação financeira com maior escolaridade dos pais.

Frente a isso, entende-se que este estudo traz evidências sobre a urgência de se pensar em ações que visem a promoção de maior conhecimento sobre os assuntos financeiros para a população de modo geral. Alunos com 15 e 17 anos deveriam

possuir conhecimentos concretos sobre a educação financeira, visto que estão nas séries finais do ensino médio, se preparando para entrar no mercado de trabalho. A importância de que os assuntos a respeito da educação financeira estejam disponíveis para todos os alunos, começando mais cedo possível, é de extrema importância. (GUIMARÃES; IGLESIAS, 2021).

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Entendendo que a educação financeira é de extrema importância para todos, surge a pergunta: qual é o momento mais apropriado para iniciar o contato com esse tema?

O emprego da Educação Financeira pode ser trabalhado com as crianças antes de entrar na escola. Com a valorização do dinheiro pelos pais, e alguns ensinamentos básicos diários sobre poupar possuindo seu cofre pessoal e de não comprar tudo que deseja no momento, por exemplo, se torna menos complexo aprofundar os ensinamentos das crianças nas escolas.

Nas escolas, a alfabetização financeira proporciona aos estudantes o aprendizado real do valor do dinheiro com auxílio das operações básicas e até o último ano do Ensino Fundamental o estudante consegue ter a visão fundamental para planejar e comprar bens pessoais, como por exemplo uma viagem ou compra de algo que necessita no momento (FRANZONI;QUARTIERI, 2020).

Como aponta De Souza (2012), ler e escrever são atividades importantes em todos os momentos da vida, tanto na vida pessoal quanto na questão profissional. E também que, aprender isso quando somos crianças será mais vantajoso e fácil que aprender na fase adulta. Em todos os momentos da vida, a alfabetização será útil, desde fazer algum curso, ler um livro, pegar um ônibus ou até assinar algum tipo de documento. A alfabetização financeira é tão importante quanto a primeira, pois a todo o momento manipulamos o dinheiro e isso impacta diretamente a vida das pessoas. Com a falta da educação financeira, é comum constatar jovens endividados, extremamente consumistas e sem saber planejar o próprio futuro.

O Ensino Fundamental é momento certo da vida da criança/adolescente na escola para começar o contato com a EF porque é o momento que estão amadurecendo e consolidando o seu entendimento. Esse processo perdura até a fase final da vida escolar e assim os sujeitos estarão mais preparados quando

necessitarem aplicá-los na vida adulta. É o período mais fácil para aprenderem sobre a relação entre o custo (gastos, despesas e desembolsos) e o benefício (vantagens, lucros) e de bons hábitos sobre as práticas comerciais e financeiras. Assim, a escola tem um papel extremamente importante nessa fase, é ela que desperta o interesse do aluno e os orienta sobre consumo responsável (BUSS; AMORIM, 2020).

Ainda conforme Buss e Amorim (2020), a educação financeira auxilia as crianças a compreender o valor do dinheiro e ensina a gerir orçamentos e a poupar desde cedo. Proporciona a elas competências importantes para que possam viver de forma independente. Permite que quando forem adultos planejem coisas maiores, como a compra da casa própria, carro, sustento da família, estudos dos filhos e até a aposentadoria.

Modernell (*apud* PEREIRA *et al.*, 2009) destaca que, depois do primeiro contato com a Educação financeira, as crianças mudam seus comportamentos totalmente. Ficam mais cuidadosas com os brinquedos, roupas e seu dinheiro. Passam a usar cofrinhos, ficam atentas os preços das coisas, ao combate de desperdícios como o da água, se preocupam mais com a natureza e demonstram mais maturidade e consciência com a importância da poupança para suas vidas no futuro.

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ASPECTOS E DIRETRIZES LEGAIS

Antes da implementação da BNCC, alguns outros documentos norteadores foram criados para dar sustentação ao currículo escolar da educação básica pública e privada. Neste tópico, apresenta-se como a Educação Financeira escolar foi e vem sendo tratada em alguns documentos oficiais, leis e decretos como forma de auxiliar o professor a trabalhar o tema da EF na sala de aula.

Seguindo uma linha do tempo do processo histórico desses acontecimentos, em 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. Previa em seu Art. 210 o início da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental: “Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1998).

Alguns anos depois, em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê, em seu Artigo 9:

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Em 1997 e 1998 respectivamente, foram consolidados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano (BRASIL, 1997) e do 6º ao 9º ano (BRASIL, 1998) com dez volumes cada respectivamente. Foram organizados pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC) e feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos, desenvolvimento do currículo.

O intuito foi aprofundar e ampliar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade. São lançados também, em 2000 os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), em quatro partes, com o objetivo de espalhar a reforma curricular e orientar os profissionais da área da educação na busca de novas abordagens e metodologias (BRASIL, 2000).

Os PCNs estão divididos em dez volumes: a primeira parte um documento introdutório; seguido das diversas áreas do terceiro e do quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira; e o último volume composto pelos Temas Transversais que são seis:

Figura 5 – Temas Transversais nos PCNs



Fonte: Brasil (2022).

São assim chamados pois não pertencem a apenas uma área do conhecimento, podendo ser utilizados em todas elas. Também não são matérias obrigatórias e nem são divididas em séries/níveis, mas podem ser trabalhadas de diversas formas dentro da sala de aula. Essa ampla diversidade de abordagens é ótima para garantir a autonomia das redes de ensino e dos professores, objetivando o aprimoramento da capacidade de pensar, compreender e entender o mundo nos estudantes (BRASIL, 2022).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou sobre a transversalidade no Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24 *apud* BRASIL, 2022).

Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF

Criada em 2010, e renovada em 2020, o objetivo da ENEF é fornecer e auxiliar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. A nova ENEF é composta por representantes de 8 órgãos e entidades governamentais, que juntos integram o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF.

o decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 institui que:

Art. 2º O FBEF é colegiado de articulação, ao qual compete:

I - implementar e estabelecer os princípios da ENEF;

II - divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;

III - compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e

IV - promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

A ENEF busca promover e estimular a educação financeira no país, ampliar a compreensão dos indivíduos para que possam fazer escolhas melhores sobre a gestão de seus recursos e contribuir para a eficiência dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de fundos de previdência (BRASIL, on-line).

Uma das principais atividades desenvolvidas pela ENEF é a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), um evento que abrange todo o país e que ocorre anualmente desde 2014, para incentivar e chamar a atenção da sociedade para o tema. Desde sua primeira edição, a Semana ENEF vem se destacando e ganhando importância cada vez mais, graças ao envolvimento de instituições do setor público, cooperativista, bancário, entre outros.

O FBEF aprovou princípios e diretrizes para a efetiva implementação da nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que norteiam a atuação dos membros do FBEF e de seus parceiros institucionais.

- I. atuação permanente e em âmbito nacional
- II. prevalência do interesse público;
- III. atuação por meio de informação, formação e orientação;
- IV. formação de parcerias com órgãos ou entidades públicas e com instituições privadas;
- V. avaliação e revisão das ações implementadas; e
- VI. proibição de oferta de produtos e serviços nas ações de educação financeira (FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2021).

Figura 6 – Infográfico ENEF



Fonte: AEF – BRASIL, 2019.

A ENEF é inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE em 2005, para a realidade brasileira:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BRASIL, on-line).

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)

O Conselho Nacional de Educação (CNE) criou em 2011 as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que têm origem na LDB para todo o Ensino Fundamental. Logo depois, em 2012, definiu as DCNs também para o Ensino Médio. Entre seus principais objetivos estão:

- I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;
- II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;
- III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (BRASIL, 2013).

Depois de criadas, as DCNs foram publicadas em 2013, e são normas obrigatórias servindo para orientar o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino. As DCNs orientam as instituições de ensino sobre como vão montar suas grades curriculares. Em outras palavras, as DCNs ajudam na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas. É um documento mais amplo e abrangente que os PCNs (BRASIL, 2013).

Em junho de 2014, foi regulamentado o Plano Nacional de Educação (PNE), com dez anos de vigência. O Plano tem 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica e quatro delas falam sobre a BNCC.

Após o lançamento destes documentos, outros eventos também marcantes aconteceram. Foi realizada em 2014, a 2ª Conferência Nacional pela Educação (Conae), organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) que resultou em um documento sobre as propostas e reflexões para a Educação brasileira e foi muito importante para o processo de mobilização para a BNCC.

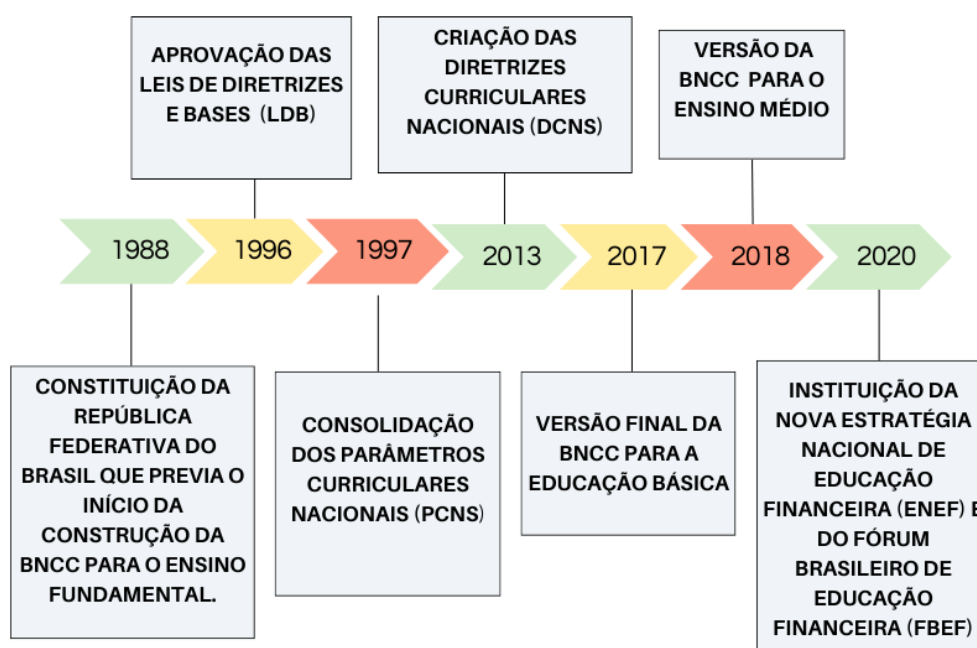
Em 2015, aconteceu o I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC. Este Seminário foi um marco no processo da sua elaboração, pois reuniu todos os assessores e especialistas envolvidos. Depois, no mesmo ano, a 1ª versão da BNCC foi disponibilizada e em 2016 a 2ª versão. Durante esses eventos, houve diversas mobilizações nas escolas de todo o Brasil para a discussão do documento preliminar da BNCC.

E finalmente em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC ao CNE. A partir da homologação da BNCC começou o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares. No mesmo ano o MEC entregou ao CNE a 3ª versão da BNCC do Ensino Médio.

Escolas de todo o Brasil se mobilizaram para discutir e contribuir com a Base Nacional Comum Curricular da etapa do Ensino Médio. Professores, gestores e técnicos da educação criaram comitês de debate e preencheram um formulário online, sugerindo melhorias para o documento (BRASIL, 2018).

Assim, foi elaborada uma linha do tempo para melhor entendimento sobre esses acontecimentos.

Figura 7 – Linha do tempo



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Agora, o Brasil tem uma Base com as aprendizagens previstas para toda a Educação Nacional, como serão vistas detalhadamente a seguir.

2.4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

A educação financeira tornou-se necessária tanto para alunos do ensino fundamental quanto do ensino médio como consequência da Base Curricular Nacional Comum (BNCC). Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, é um documento orientador do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que veio com o propósito de estabelecer como deve ser o currículo de toda a educação básica por meio de um conjunto orgânico e progressivo, que diz respeito às aprendizagens essenciais. Sua missão é garantir que todos os estudantes, independentemente de frequentarem escolas públicas ou privadas, tenham o mesmo nível de conhecimento sobre os assuntos por eles estabelecidos, um currículo consistente (BRASIL, 2007).

A BNCC incorpora ideias de economia e finanças que devem ser ensinadas em cada ano escolar para incentivar a Educação Financeira. Como consequência, taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento), e impostos podem ser discutidos (BRASIL, 2018), como destaca o trecho:

Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de *marketing*. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos (BRASIL, 2018).

Os alunos da BNCC são ensinados desde o início como administrar suas receitas e despesas, com o objetivo de convencer seus pais a fazer o mesmo. Os sistemas e redes educacionais, assim como as escolas, devem incluir em seus currículos e conceitos educacionais uma abordagem transversal e integrativa das questões contemporâneas que impactam a vida humana no tamanho local, regional e global. A alfabetização financeira é um componente crítico desta lista (BRASIL, 2017).

A BNCC entende que as diversas áreas da matemática estão ligadas por um conjunto compartilhado de princípios fundamentais. Estes princípios fundamentais são vitais para o crescimento do pensamento matemático das crianças e devem ser

ensinados nas escolas. Esta ideia é mostrada de várias maneiras, incluindo vendas e marketing, balanços químicos e representações gráficas (BRASIL, 2018).

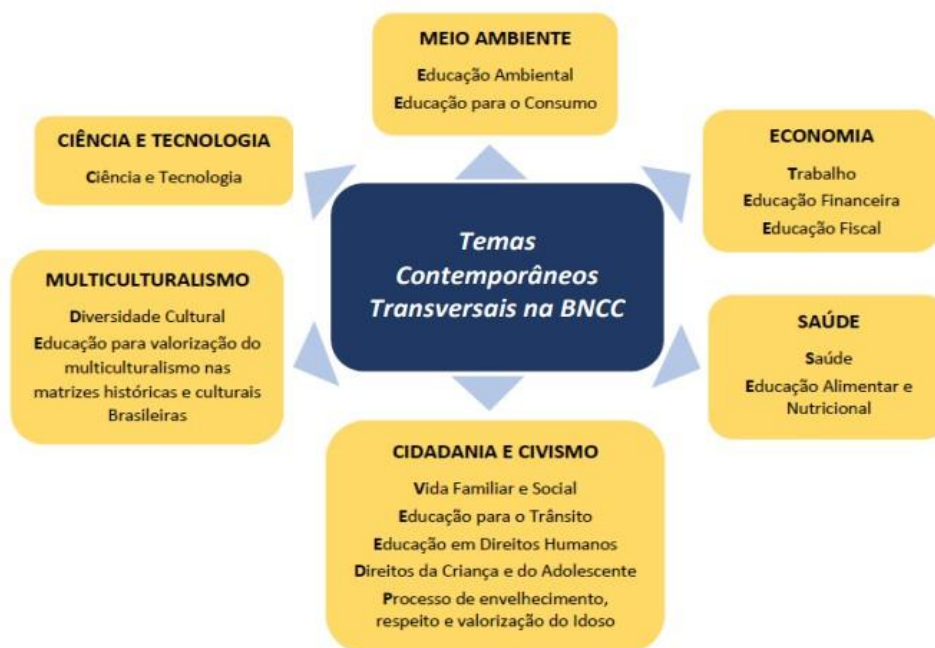
De um modo geral, as discussões sobre EF podem ser facilmente relacionadas à Matemática, porém deve ser expandida e trabalhada de forma transversal às outras áreas do conhecimento por se tratar de uma temática relacionada ao político e social.

São utilizados na BNCC os Temas Contemporâneos Transversais (TTC's), assim, relacionando-os com a EF significa permitir que o estudante entenda melhor questões como utilizar seu dinheiro de forma mais otimizada, cuidar da saúde, usar as novas tecnologias digitais, cuidar do planeta em que vive, além de entender e respeitar aos demais. Já os transversais, característica encontrada também nos PCNs, são assim chamados por não pertencerem a uma disciplina específica, mas serem importantes a todas elas, como já dito anteriormente. Os TTCs auxiliam no entendimento do aluno, fazendo com que ele consiga assimilar os conteúdos das matérias na escola a sua vida pessoal perante a sociedade (BRASIL, 2019).

Com a aprovação da BNCC, os temas de grande relevância permaneceram como assuntos indispensáveis.

Em comparação com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a primeira mudança quanto aos Temas Transversais foi a nomenclatura. A inclusão do termo contemporâneo para complementar o transversal destaca a atualidade desses temas e a relevância para a Educação Básica. A segunda mudança foi a implementação de novos temas. Enquanto os PCNs abordavam seis, a BNCC aponta seis macroáreas, que por sua vez, englobam 15 outros temas. São elas: Economia, Saúde, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, conforme a figura abaixo (BRASIL, 2022):

Figura 8 – Temas Contemporâneos Transversais na BNCC



Fonte: BRASIL, (2019).

A terceira mudança é sobre a relevância adquirida desses temas. Enquanto nos PCNs eles eram recomendações facultativas, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) anunciaram sua obrigatoriedade. Na BNCC, eles passaram a ser considerados conteúdos essenciais para a Educação Básica. O quadro a seguir mostra uma breve comparação entre os PCNs, as DCNs e a BNCC:

Quadro 1 – Comparativo entre PCNs, DCNs e BNCC

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais	DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais	BNCC - Base Nacional Comum Curricular
Publicação em 1997	Publicação em 2013	Publicação em 2017/2018
Temas Transversais	Normas que orientam o planejamento curricular	Temas Contemporâneos Transversais e Integradores
6 Temas	Indeterminadas	15 Temas
São orientações e referências curriculares. Auxiliam na elaboração e revisão curricular, na formação do professor, nas metodologias abordadas e discussões pedagógicas. É como um caminho a seguir.	As Diretrizes são mais amplas que os PCNs. Elas têm como objetivo, orientar o planejamento curricular das escolas direcionando seus currículos e conteúdos mínimos.	Indica quais conteúdos são obrigatórios nas escolas e as habilidades e competências a serem trabalhadas. Portanto, é mais específico que as diretrizes.

Não havia vínculo com nenhuma legislação, não era obrigatório.	Parecer CNE/CEB nº 14/2000	Todos os temas são regidos por marcos legais específicos.
--	----------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Brasil (2022).

Essas mudanças representam importantes conquistas para a educação nacional. Com elas, os estudantes têm direito a uma formação ampla, possibilitando a interação com a vida social e com o mundo. Sendo assim, os assuntos abordados pelos TCTs conquistaram, na BNCC, o espaço compatível com a relevância no currículo escolar. A BNCC não deve ser vista como um documento que substitui as orientações contidas nos PCNs e nem nas DNCs, mas sim como um documento que especifica, complementa e orienta o que os alunos devem aprender ano a ano no sistema de ensino (BRASIL, 2019).

A educação financeira na BNCC é trabalhada como um Tema Contemporâneo Transversal incorporado ao tema de Economia, dentro da unidade temática de Números, na Matemática. Os temas de Economia (Trabalho, Educação Financeira e Educação fiscal) são responsáveis por dar ao estudante preparo para sua sustentabilidade financeira.

Ainda dando ênfase na Educação Financeira, ela tem o propósito de preparar as crianças e jovens para tomarem decisões e atuar frente aos problemas e possíveis soluções, impostos durante a vida econômica. Tais experiências somarão ao longo da vida, promovendo influência direta na formação delas. Em uma sociedade de consumismo desenfreado como a que vivemos, é necessário que se desenvolva o senso crítico, e se discuta a questão do equilíbrio financeiro, das dificuldades em fazer planejamentos, do desemprego e os reflexos disso sobre as relações sociais e familiares.

Assim, a Educação Financeira contribui para mostrar ao estudante, que uma vida melhor está totalmente relacionada ao ato de planejamento financeiro. Sendo assim, a EF acrescenta muito sobre atitudes adequadas ao planejamento e uso dos recursos financeiros, de forma que consigam resolver questões do dia a dia, melhorando sua qualidade de vida e de suas famílias, em busca de alcançar suas metas e realizar seus sonhos (BRASIL, 2022).

Analisando trechos da BNCC focados no Ensino Fundamental, se constata uma forte orientação de que essa questão deve ser inserida no currículo escolar, a partir do seguinte:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, [...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação financeira [...]. (BRASIL, 2017, p. 19-20).

Nesse sentido, a BNCC vem acrescentar, integrar e trazer novos aspectos e práticas que pretendem ampliar a abordagem dos temas na escola (BRASIL, 2019).

2.5 CONSUMO CONSCIENTE

A globalização, a inovação tecnológica e a internet transformaram o mundo, criando novos desejos, novas vontades, novos sonhos. O consumo é um caminho sem volta, instrumento que alimenta o capitalismo. O consumo é essencial para manter a máquina capitalista, que consiste em produzir mais e mais. Entretanto, este consumo deve ser consciente e responsável, de tal forma que possa visar aspectos essenciais como necessidades humanas, sustentabilidade e manutenção do modelo econômico. As necessidades humanas básicas são indispensáveis para tornar a vida digna. A sociedade do consumo é uma realidade no modelo econômico em que estamos inseridos. Porém, é necessário desenvolver uma cultura de consumo sustentável com vistas às necessidades das gerações presentes e futuras, reconhecendo os limites de recursos naturais do planeta (TORMES; MONTEIRO; MOURA, 2018).

O consumismo é um dos problemas procedentes da falta de estrutura financeira. Isso porque faz com que os gastos das pessoas as vezes sejam superior aos ganhos, causando um desequilíbrio financeiro, que muitas vezes podem acabar causando problemas como a inadimplência, a falta de reservas financeiras para problemas futuros, entre outros (QUINTANA; PACHECO, 2018).

O consumo consciente acontece quando as pessoas criam noção de qual impacto isso acarreta no planeta. Perceber o efeito que o consumo consciente tem na vida humana e ambiental é uma tarefa complexa, porém extremamente necessária. O consumo consciente é o ato de adquirir e usar bens de consumo seja alimentos, ou qualquer outro recurso natural que não seja de forma excessiva a fim de não exceder ou comprometer a capacidade de reposição natural. Além de ser uma questão de cidadania, o consumo consciente ajuda a preservar o meio ambiente (BUSS; AMORIM, 2020).

Tormes; Monteiro; Moura (2018) ainda evidenciam que, em termos de produção das necessidades da sociedade, se verifica que hoje é diferente de algumas décadas atrás, quando a iniciativa da produção era da empresa, colocando os produtos à disposição do consumidor sem que ele tivesse a opção de escolha. Fabricava-se um veículo, por exemplo, ou um eletrodoméstico, sem consultar as preferências por cores, capacidades, designers. Hoje, a produção é efetuada avaliando antes os gostos e preferências dos consumidores. A indústria controla os comportamentos de mercado, observando as atitudes e as necessidades da sociedade. Sabem o perfil do consumidor e produzem de acordo com este perfil. O consumidor é avaliado a todo tempo nas redes sociais, reunindo em um infográfico o seu perfil, suas necessidades e seus hábitos. O consumidor, ao navegar pela internet à procura de um produto ou serviço, recebe, logo em seguida, uma “chuva” de publicidades e de ofertas (TORMES; MONTEIRO; MOURA, 2018).

O Instituto Akatu, uma ONG criada em 2001 sem fins lucrativos, trabalha para sensibilizar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente. Seu propósito é um futuro sustentável e justo. Para eles, o consumo consciente é consumir com o melhor impacto. Não significa deixar de consumir, mas consumir melhor e diferente, sem excessos, para que todos vivam melhor hoje e futuramente. Significa entender que o ato de consumir um produto ou serviço traz consequências positivas e negativas ao próprio consumidor, e também ao meio ambiente, à economia e à sociedade, que vão além dos impactos imediatos. Por isso, o consumidor tem uma grande responsabilidade nas mãos ao escolher um produto e uma empresa fabricante, podendo transformar sua compra em um ato de reconhecimento de boas práticas sustentáveis (INSTITUTO AKATU, 2021).

Uma pesquisa feita pelo Instituto Akatu em 2018, com 1090 entrevistas, a partir do Teste do Consumo Consciente (TCC), avaliou o comportamento consciente dos brasileiros de 2012 até 2018, tendo em vista as barreiras, desafios e motivações. O gráfico mostra a pesquisa apontando o comportamento de consumo consciente dos brasileiros, de acordo com as principais vertentes de consumo (economia, planejamento, reciclagem e compra sustentável) (INSTITUTO AKATU, 2018).

Figura 9 – Comportamentos Indicadores de Consumo Consciente



Fonte: Instituto Akatu, 2018.

Como é possível observar no gráfico, existe uma predisposição para o comportamento de consumo consciente, principalmente na economia pessoal e/ou economia em casa mostrando ter sido o mais praticado. Porém, ao longo do gráfico pode-se perceber que ainda existem muitos brasileiros que compram por impulso e exageros, quando se trata de planejamento. Em 2018, como se pode observar, os brasileiros deram maior importância a reciclagem e compras sustentáveis (produtos feitos de material reciclável e compra de produtos orgânicos), comparando com 2012. Se vê um considerável avanço se tratando de conscientização, mas sendo insuficiente no quesito planejamento (INSTITUTO AKATU, 2018).

Em outra pesquisa, desta vez mais recente, realizada em 2021, chamada de Vida Saudável e Sustentável, amostras foram realizadas em 31 países com mais de 30 mil pessoas e foram abordados diversos temas. Em um deles, foi questionado à população o que ajudaria na compra de produtos mais saudáveis e sustentáveis. Globalmente e mais fortemente no Brasil, entre 55 e 59%, responderam que o que ajudaria na compra de produtos saudáveis e sustentáveis seria informações sobre como encontrar um produto de baixo custo, a existência de versões mais baratas e mais duráveis (INSTITUTO AKATU, 2021).

Conforme Da Silva, Oliveira e Da Silva (2018) apontam, o consumo representa uma força importante para a cultura capitalista. Para manter um ritmo avançado de produção e lucro, sustenta um sistema de manipulação no qual tudo é impulsionado pela mídia. O consumismo exagerado, no entanto, leva ao endividamento. Além disso, o consumismo desenfreado causa a degradação do meio ambiente e a geração excessiva de resíduos sólidos. A sociedade precisa o quanto antes aprender a consumir de uma forma mais ética, sustentável e consciente.

As discussões sobre os problemas ambientais podem ajudar bastante o entendimento. Como consequência, o termo desenvolvimento sustentável foi criado para se referir ao processo de utilização e desenvolvimento dos recursos de tal forma que eles não esgotam os recursos naturais do planeta e, ao mesmo tempo, atendem às necessidades das gerações atuais e futuras (WWF BRASIL, 2020).

Nesse sentido, Guimarães, Viana e Costa (2015) destacam que, a partir dos problemas ambientais, as empresas começaram a adotar medidas sustentáveis e a divulgar a importância delas, utilizando a estratégia do chamado Marketing Verde. Essa estratégia tem como objetivo criar produtos e serviços que levam benefícios ao meio ambiente. Através de uma busca realizada pelos autores, no banco de dados da Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), constataram que discussões sobre o marketing verde estão sendo cada vez mais abordadas, atingindo em 2012 seu ponto máximo de 137 documentos publicados. Desta forma, percebe-se que o Marketing Verde vem se tornando um assunto da atualidade. Sendo assim, se torna necessário que as empresas se conscientizem para não apenas apresentarem uma simples propaganda, mas também aplicarem sua responsabilidade social e favorecer o meio ambiente (GUIMARÃES; VIANA; COSTA, 2015).

Analisando a importância que os hábitos e consumos têm para o planeta e a sociedade, se percebe a necessidade de que o tema da EF participe do meio escolar. A Educação Financeira, nas escolas, auxilia crianças e adolescentes para que se tornem adultos com mais responsabilidade financeira, evitando compras exageradas e supérfluas, consumindo produtos sustentáveis e conseqüentemente prezando pelo meio ambiente.

3 METODOLOGIA

Após discorrido sobre o assunto nos capítulos anteriores sobre a importância da educação financeira, bem como o impacto e influência que ela pode causar no consumo, este capítulo descreve o processo metodológico que foi utilizado para a realização desta pesquisa, apresentando o tipo de pesquisa para a abordagem, os sujeitos da pesquisa e as técnicas de coleta e de análise escolhidas, e interpretação dos resultados.

3.1 Delineamento da pesquisa

Com o intuito de analisar o impacto que a educação financeira está tendo em uma determinada instituição de ensino, adotou-se a abordagem qualitativa, que conforme Soares (2019):

O entendimento qualitativo é indutivo, interpretativo e argumentativo, o que possibilita ir além do mensurável ou meramente informativo, escapando daquilo que seja previsível. Outra característica marcante deste processo é que além de analisar fenômenos sociais, busca em forma de pesquisa interpretativa, os significados, enfatizando mais intensamente o processo que o produto (SOARES, 2019).

Ainda neste contexto, Rodrigues *et al.* (2021) relatam sobre a pesquisa qualitativa voltada para pesquisas relacionadas à educação:

[...] na pesquisa em educação, a abordagem qualitativa tem sido mais utilizada devido à sua natureza e características específicas. Isso porque ao analisar o processo educativo, por exemplo, o pesquisador se vale do ambiente natural como fonte de dados, sendo ele próprio um instrumento chave na pesquisa. Assim, ele não está limitado aos resultados da pesquisa, mas participa do processo como um todo, de forma a analisar os dados e buscar o significado que os sujeitos dão para suas vivências. ... a abordagem quantitativa pode oferecer dados complementares que possibilitarão aprofundar e enriquecer o estudo.

3.2 TIPOS DE PESQUISA

Os tipos de pesquisa presentes neste trabalho serão a pesquisa bibliográfica, baseada em livros, artigos e revistas, e o estudo de caso com a intenção de explorar

e descrever as situações reais vividas no ambiente escolar, para formular hipóteses e desenvolver as teorias acerca deste tema.

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Como resta evidente na nomenclatura, a pesquisa bibliográfica é baseada em referências bibliográficas, cujo objetivo é a busca por artigos já publicados relevantes para conhecer e analisar o tema da pesquisa a ser realizada.

De Sousa; Oliveira; Alves (2021, p. 65) conceituam que:

[...] A pesquisa bibliográfica nos auxilia desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se nos trabalhos já publicados. A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo (DE SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 65).

Marconi e Lakatos (2021, p. 250) refletem sobre a importância da pesquisa bibliográfica: “Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.”.

Tanto De Sousa; Oliveira; Alves (2021) quanto Marconi e Lakatos (2021) expõem que esta pesquisa é baseada em pesquisas bibliográficas em livros, artigos, revistas e é também uma opção que permite a obtenção de informações coerentes e concretas. Este tipo de pesquisa será usado no trabalho para utilizar diferentes conceitos de referenciais teóricos, para expor claramente o assunto, as opiniões dos autores e trazer os fatos vivenciados pela população da pesquisa referente ao tema.

3.2.2 Estudo de caso

Para alcançar os objetivos do presente trabalho, optou-se por utilizar o método do Estudo de Caso porque o objeto de estudo foi apenas uma escola. Este método foi escolhido por ser uma estratégia de pesquisa abrangente que permite a possibilidade de analisar e investigar profundamente detalhadamente o contexto real enquanto ele acontece. O método de estudo de caso é, conforme Da Silva *et al.* (2021, p. 89),

O uso deste método constitui uma estratégia de pesquisa científica cuja as aplicações são muitas e variadas, com grande utilidade em várias áreas do conhecimento; pois possibilita a investigação de fenômenos no contexto real, com diversas fontes de evidência que permitem a reflexão e a busca de alternativas para solução dos problemas, e conseqüentemente contribui para o avanço do conhecimento (DA SILVA *et al.*, 2021, p. 89).

Ao final de uma pesquisa sobre Estudo de Caso no âmbito educacional, Tormes; Monteiro; Moura (2018) argumentam que:

No âmbito da pesquisa qualitativa em educação, o estudo de caso caracteriza-se como estratégia de investigação cujo objetivo é olhar para o estudo de caso que, em sua particularidade requer imersão e desvelamento de seus condicionantes, enquanto opção metodológica.

Concluem ainda que:

conferimos ao estudo de caso uma metodologia de importante contribuição para pesquisas educacionais, possibilitando a reflexão, a tomada de decisões e a delimitação de novos caminhos a partir de uma pesquisa ampla e holística sobre contextos, práticas em seu tempo presente, no agora (TORMES; MONTEIRO; MOURA, 2018).

Em geral, o Estudo de Caso é utilizado para responder questões do tipo “como” e “por que”. Neste caso específico, procurou-se responder “como” é a visão dos diretores e professores frente a importância da educação financeira abordada nas escolas e “por que” a BNCC seria a diretriz correta para a inserção dela.

3.3 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo e amostra deste trabalho serão detalhados a seguir com o objetivo de conceituar e mostrar quais os objetos utilizados na pesquisa referente a estes conceitos.

3.3.1 Universo

Marconi e Lakatos (2021, p. 255) apresentam o seguinte conceito referente a universo:

[...] Universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. [...] A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc.

O universo estudado neste trabalho são diretores e professores acerca do tema de educação financeira.

3.3.2 Amostra

Resumidamente, a amostra é um subconjunto do universo, em que são estabelecidas as características deste universo. Marconi e Lakatos (2021) conceituam que:

O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada. O conceito de amostra é ser uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo (MARCONI; LAKATOS, 2021, p. 255).

O conceito de amostra é muito simples, prático e de fácil entendimento, e Marconi e Lakatos (2021) o apresentam basicamente como um “subconjunto do universo ou população”.

A amostra utilizada neste trabalho são diretores e professores que atuam profissionalmente na Escola Estadual de Ensino Médio Luiz Gelain, situada no pequeno município de Nova Pádua, seus entendimentos, experiências e opiniões acerca da importância da educação financeira nas escolas, bem como sua aplicabilidade após a implementação da BNCC.

3.4 PARTICIPANTES DO ESTUDO

A unidade de análise desta pesquisa foi a Escola Estadual de Ensino Médio Luiz Gelain. A escola escolhida é uma instituição pública de ensino composta pelo ensino fundamental e ensino médio. Localiza-se no centro do pequeno município de Nova Pádua, no Rio Grande do Sul. Atualmente, a escola atende crianças desde o 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, totalizando 232 alunos, nos turnos da manhã e tarde. O quadro de profissionais conta com 13 professores, uma secretária, uma diretora e uma vice-diretora.

A escola foi fundada com o intuito de ofertar uma educação de qualidade, certificando de cidadãos éticos e capazes de competir na sociedade. Além disso, a escola apresenta dentro do seu plano de estudo a formação de seres autônomos,

provendo o seu crescimento. Diante deste contexto, da existência de uma preocupação por parte da escola em desenvolver o lado crítico dos seus alunos, se torna interessante trazer o tema da educação financeira nas abordagens em sala de aula, buscando aproximar situações e temas financeiros com as vivências das crianças e dos jovens no seu cotidiano.

Os sujeitos de pesquisa são uma diretora e uma vice-diretora, que são responsáveis pelo planejamento e realizações dentro da escola, e os professores que são responsáveis por levar o conhecimento até os alunos que juntos totalizam 13 profissionais.

3.5 COLETA DE DADOS

A coleta de dados consiste na forma que os dados serão pesquisados. Pode ser coletado através de questionários e entrevistas, pesquisas laboratoriais, pesquisas em documentos e pesquisas bibliográficas.

Marconi e Lakatos (2021) enfatizam que a tarefa de coleta de dados é cansativa e demorada, pois exige do pesquisador atenção redobrada mediante o registro dos dados. É importante que haja o mínimo de desperdício de tempo possível para não atrasar as etapas seguintes.

A coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos. É tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior. Outro aspecto importante é o entrosamento das tarefas organizacionais e administrativas com as científicas, obedecendo aos prazos estipulados, aos orçamentos previstos, ao preparo do pessoal. Quanto mais planejamento, menos desperdício de tempo haverá no trabalho de campo propriamente dito, facilitando a etapa seguinte. O rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos resultantes de entrevistadores inexperientes ou de informantes tendenciosos (MARCONI; LAKATOS, 2021).

No caso da presente pesquisa, a coleta de dados utilizada neste trabalho foi através da criação de dois questionários, gerado um link para acesso cada grupo, para que fosse adaptada melhor ao objeto em análise possibilitando que os diretores e professores acessassem e respondessem quando pudessem, a fim de evitar atrapalhar a rotina corrida deles. Antes disso, realizou-se um pré-teste com

professores universitários que indicaram a colocação de uma questão específica em função do período de pandemia, a qual foi acolhida.

O primeiro questionário, aplicado para a diretora e a vice-diretora, está presente no apêndice A deste trabalho composto por nove perguntas, e o segundo, aplicado aos professores, presente no apêndice B, com quatorze perguntas. Ambos são formados por questões discursivas para que fossem captadas respostas e opiniões mais detalhadas possíveis para assim obter uma análise mais complexa acerca das respostas, gerando resultados mais minuciosos e completos. A partir da aplicação dos questionários, pretendeu-se descobrir qual o grau de importância da EF pela visão dos profissionais, com o intuito de posteriormente analisar se estão conseguindo adequar seus currículos as novas normas da BNCC bem como a aplicabilidade dos temas propostos, como a EF.

3.6 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS

Direção

Na dimensão do questionário da diretora e da vice-diretora, que contava com 9 perguntas abertas, já na primeira resposta das profissionais foi possível perceber que ambas consideram de suma importância a abordagem da Educação Financeira como tema transversal dentro das escolas no geral.

Consideram a Base Nacional Comum Curricular a diretriz ideal para a inserção da modernidade de temas como a educação financeira, por serem conteúdos inovadores, podendo ser aplicados no dia a dia do aluno e por serem a chave para uma sociedade consciente. Para os currículos da sua escola, evidenciam que a BNCC norteou os currículos, regulamentou as aprendizagens, e por isso, consideram sua relevância muito grande dentro da educação da instituição.

A diretora ressaltou que, como os temas previstos na BNCC são temas que o professor aborda dentro da sala de aula, sempre propõe debates sobre eles nas reuniões pedagógicas, pois reflete uma visão inovadora da educação. Já a vice-diretora, diz propor algumas vezes.

A direção também enfatizou que, após a inserção dela, as crianças passaram a receber uma boa introdução sobre finanças, sendo possível perceber a melhora no comportamento dos alunos, mais interesse e participação nas aulas. Destacam que

isso reflete de forma muito positiva no planejamento do futuro e da vida atual, pois estão aplicando os conhecimentos no cotidiano de suas vidas.

Na percepção das gestoras, os alunos que concluem o ensino fundamental já têm uma base significativa sobre finanças e que com os conceitos da BNCC isso tende a melhorar. A idade mais apropriada para assuntos sobre a EF serem abordados, segundo ambas, são as series finais do ensino fundamental por questão de maturidade.

Seguindo o contexto estudado, a pergunta: “Você notou que com a chegada da pandemia, a implementação da BNCC dentro da sua escola foi prejudicada de alguma forma? ”, retornou as seguintes respostas:

- “Sim, pois a não presencialidade do aluno dificultou a totalidade da aprendizagem e comprometendo por vezes a implementação da BNCC.”.

- “Sim. A pandemia dificultou a inserção adequada por conta das aulas terem sido por tempos on-line.”.

Percebe-se, que em muitos casos, as aulas remotas prejudicaram que o aluno aprendesse de forma correta e suficiente, tirando do professor a liberdade dos ensinamentos práticos que muitas vezes contribuem de forma positiva para a aprendizagem das crianças/adolescentes.

Conclui-se, com embasamento na opinião da diretora e vice-diretora, que a BNCC é uma diretriz curricular de extrema importância para a abordagem de temas tão significativos como a educação financeira e que os alunos demonstraram mais interesse e participação nas aulas após o tema ser abordado. A inserção da base foi prejudicada devido a época da pandemia, mas que mesmo assim, é possível observar a melhora dos currículos.

Professores

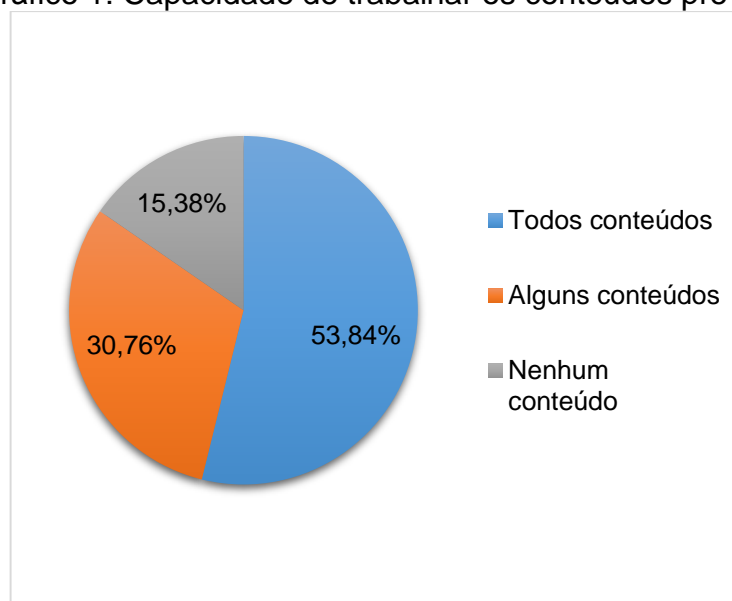
O questionário aplicado aos professores reuniu 14 perguntas e foi respondido por todos os 13 profissionais da instituição.

Ao analisar as respostas do questionário aplicado a eles, foi possível observar que 100% dos profissionais conhecem as diretrizes da BNCC e acreditam que ela é a base ideal para um currículo consistente nas escolas.

Destes, 53,84% relataram que estão conseguindo trabalhar os conteúdos previstos na BNCC no planejamento da disciplina que ministram, 30,76% relataram

que conseguem trabalhar apenas alguns dos conteúdos e 15,38% demonstraram não conseguir, conforme mostra o gráfico 1.

Figura 10 – Gráfico 1: Capacidade de trabalhar os conteúdos previstos na BNCC

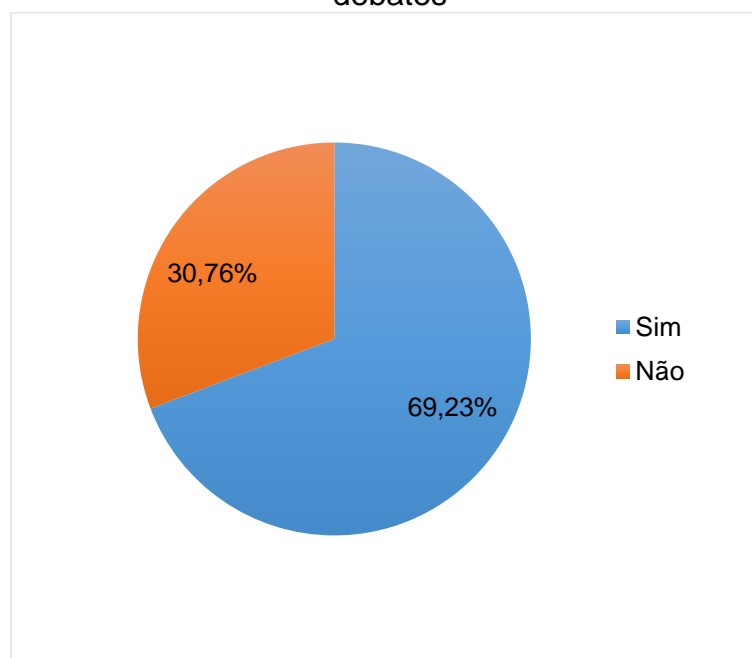


Fonte: Amostra da pesquisa (2022).

Percebe-se que este é um ponto a ser discutido entre gestores e professores da escola, uma vez que apenas 7 profissionais têm pleno domínio sobre os conteúdos essenciais, um ponto a ser melhorado.

Quando questionados sobre a realização e oferta de algum tipo de formação a respeito da BNCC após sua implementação, 69,23% dos professores afirmam que estes cursos ocorreram de diversas formas, entre elas online e presenciais. 30,76% relataram que estas ofertas de cursos para formação nunca ocorreram. Ele pode-se perceber com a pergunta: “São realizados debates/discussões sobre os temas da BNCC com os demais colegas de escola?”, onde também 69,23% dos participantes afirmam que isso acontece, destacando que muitos dos conhecimentos adquiridos ocorreram nestas reuniões com as trocas de experiências. Já 30,76% relataram a falta destes acontecimentos. O gráfico 2 expõe a distribuição da porcentagem dos professores referente aos dois questionamentos.

Figura 11 – Gráfico 2: Realização/oferta de cursos para formação e realização de debates



Fonte: Amostra da pesquisa (2022).

Pode-se, portanto, verificar que há uma divergência entre as respostas da diretora para com alguns dos professores nesta última questão. Enquanto a diretora afirma propor sempre os debates acerca do tema dos conteúdos da BNCC, parte dos professores responderam que eles não ocorrem.

Indagados acerca da importância da Educação financeira como um tema transversal dentro da BNCC, todos consideram de suma relevância que a abordagem deste tema seja feita. “De extrema importância! Principalmente para o futuro das nossas crianças.” – Destaca um dos respondentes.

Referente à pergunta número 7 do questionário: “Com os temas de educação financeira previstos na BNCC, as crianças e adolescentes passaram a receber mais informações para lidar com sua vida financeira no futuro?”, obteve-se 69,23% de respostas afirmativas, sendo possível destacar algumas delas:

- “Sim, muitos discentes não têm educação financeira na base de suas famílias, a escola acaba por ser essencial nesse quesito”.

- “Sim, qualquer ensinamento passado as crianças sobre o assunto, por mínimos que sejam, vão acrescentar de alguma forma no aprendizado das mesmas”.

A partir disso, pode-se observar o destaque da importância da educação financeira na opinião e ressalvas destes profissionais.

Ainda analisando os dados, na mesma pergunta (número 7) 30,76% responderam negativamente. Entre as respostas negativas, uma ressaltou-se:

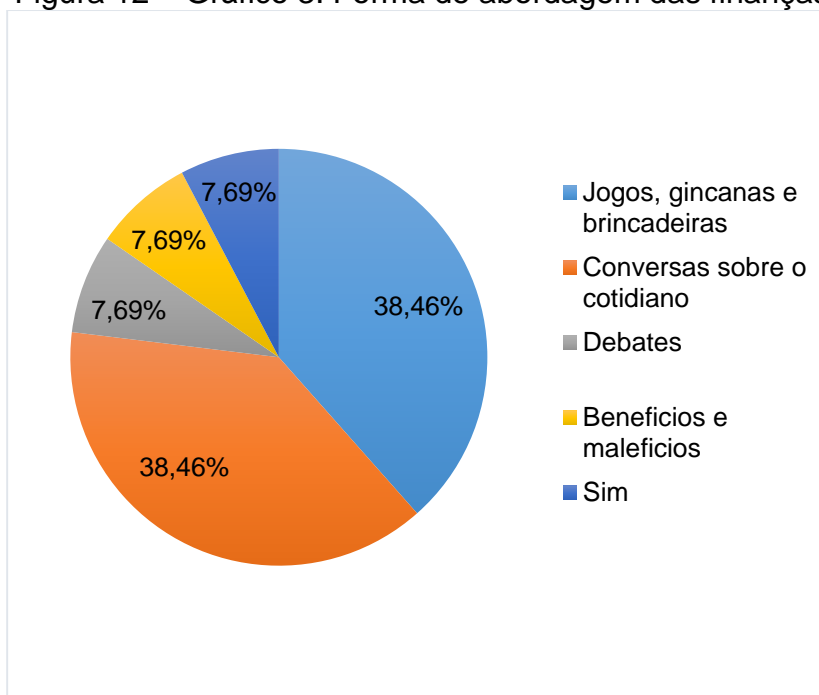
- “No geral, Não! Eu sempre trabalho Educação Financeira em todos os anos, nem que seja um conceito por vez. Mas tem muitos professores que "desviam" desse assunto.”.

A fim de apurar se os professores consideravam essas fontes de informações sobre a EF suficientes para ensinar na sala de aula, 69,23% disseram que sim. Já 23,07% negaram e 7,69% considerar em partes. Um dos profissionais relatou o seguinte: “Quando o professor regente da classe achar que não é o suficiente, cabe ao mesmo procurar por mais informação para oferecer o melhor aos seus alunos. A família também deve contribuir, dando bons exemplos na prática.”.

Com isso pode-se concluir, que se mesmo com os conteúdos previstos na BNCC sobre a EF os alunos não demonstrarem resultados tão positivos com o ensino, o professor deve procurar outras formas para abordar o assunto em sala de aula, a fim de melhorar a absorção dos ensinamentos pelos alunos.

O gráfico 3 apresenta a forma mais fácil de abordar as finanças com as crianças na educação básica considerando as respostas obtidas no questionário.

Figura 12 – Gráfico 3: Forma de abordagem das finanças



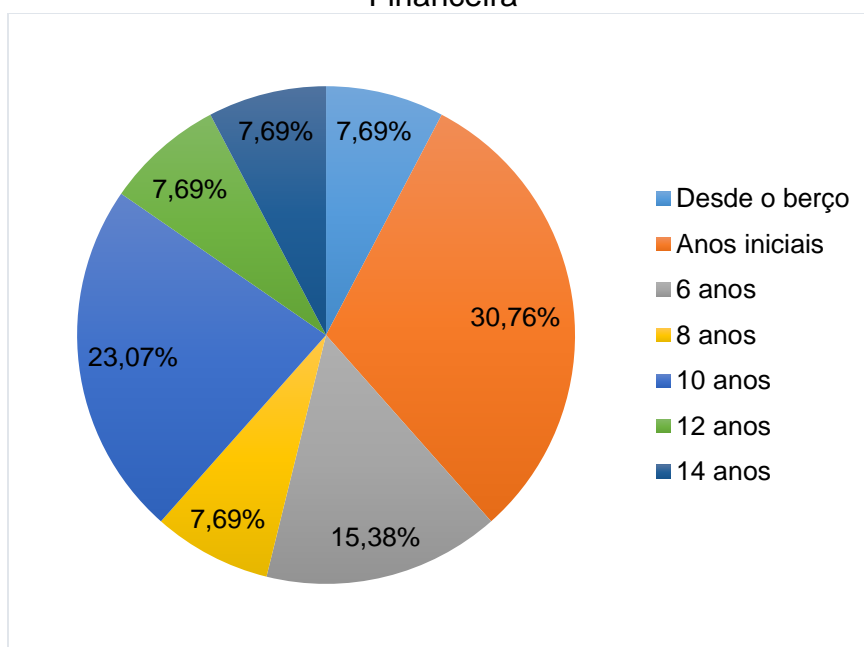
Fonte: Amostra da pesquisa (2022).

Entende-se, com esta análise, que todos os respondentes afirmam que as atividades práticas, muito mais que a teoria, contribuem de forma significativa para o aprendizado dos alunos.

Destes, 38,46% acreditam que os jogos, gincanas e brincadeiras sejam a forma mais fácil para a aplicabilidade do assunto, 38,46% consideram as conversas sobre situações do cotidiano das crianças, 7,69% debates, 7,69% a demonstração dos benefícios e dos problemas por falta da educação financeira e 7,69% apenas confirmou a importância da abordagem, não destacando qual forma.

Seguindo a análise do questionário, ao ser tratada a questão sobre a idade mais apropriada para a abordagem de assuntos sobre a EF, obteve-se uma diversidade de opiniões como demonstra o gráfico 4.

Figura 13 – Gráfico 4: Idade mais apropriada para a abordagem da Educação Financeira



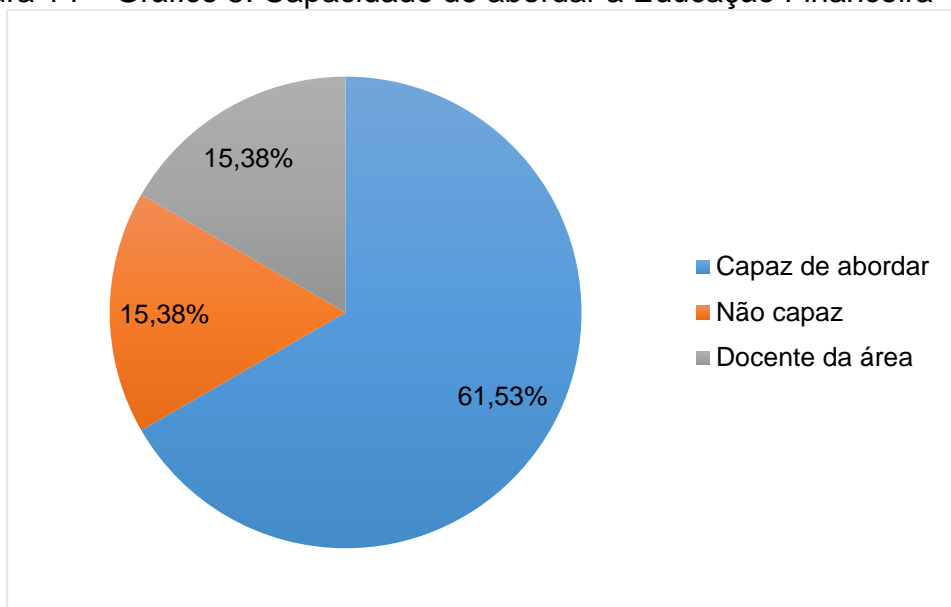
Fonte: Amostra da pesquisa (2022).

Foi possível identificar que, apesar das idades obtidas serem diferentes nas respostas dos profissionais, 100% deles acredita que a abordagem da EF deve acontecer antes da entrada da criança/adolescente no ensino médio. Um fato muito importante a ser observado, visto que a diretora e vice-diretora também compartilham a mesma opinião.

Ao serem questionados sobre terem tido algum tipo de contato com a educação financeira no período em que foram alunos da educação básica, apenas 15,38% responderam afirmativamente. Mais da metade dos profissionais (76,92%) negaram algum tipo de conhecimento adquirido sobre o tema quando mais novos e 7,69% responderam não lembrar. Os resultados indicaram que os professores que careceram de noções sobre Educação Financeira durante a vida escolar representam dez respondentes, o que é um indicativo de que naquele momento não existia uma inserção dos assuntos relacionados a finanças no ambiente escolar de forma adequada e suficiente. Portanto, nota-se a importância do papel das escolas em proporcionar o acesso a esses conhecimentos.

Uma das perguntas elencadas no questionário foi: “Independente das disciplinas que ministra, você se considera capaz de ensinar de alguma forma algo sobre a Educação Financeira?”. O gráfico 5 apresenta as respostas.

Figura 14 – Gráfico 5: Capacidade de abordar a Educação Financeira



Fonte: Amostra da pesquisa (2022).

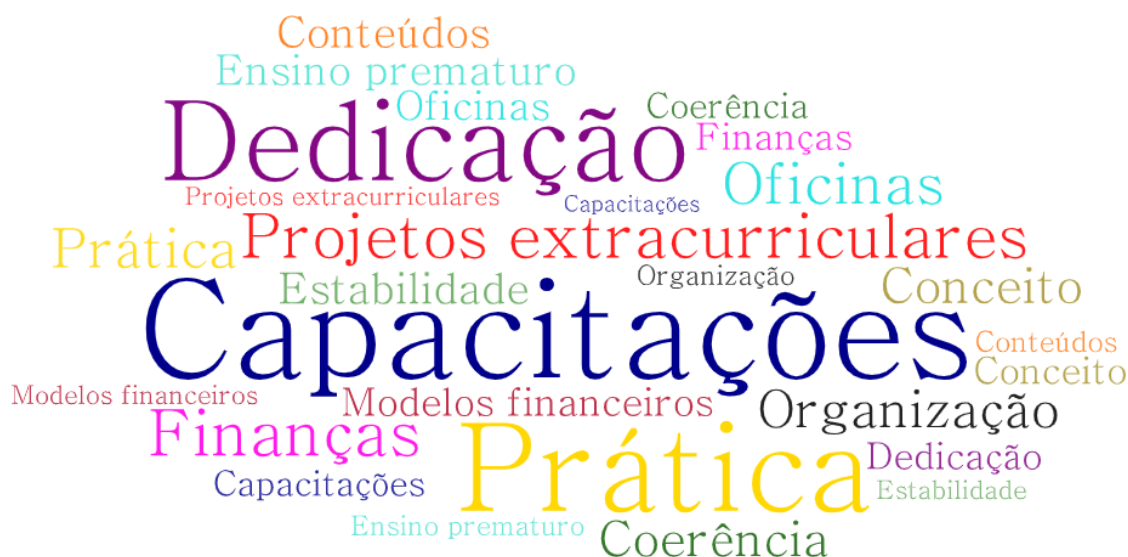
Verifica-se que mais da metade dos professores (61,53%) respondeu ser capaz de abordar a EF de alguma forma. No entanto, 15,38% relatam não conseguirem. Outros 15,38%, responderam que se consideram capazes de levar a EF para o cotidiano de suas disciplinas, porém acreditam que o docente da área de matemática fará um trabalho com resultados mais expressivos. Um dado que preocupa, visto que nos anos iniciais do ensino fundamental, como as turmas possuem apenas um

docente para todas as disciplinas, muitas vezes ele não tem formação na área específica em questão.

A questão que mais indagou respostas diversas e mais detalhadas, foi: “De que forma a escola pode ajudar os alunos a gerirem futuramente sua vida financeira de forma consciente? E qual seria o reflexo desse resultado na economia do país? ”.

De uma forma sucinta, extraiu-se os principais elementos da primeira parte das respostas dissertativas e optou-se por apresentá-las em uma nuvem de palavras afim de explicitar de uma única forma a expressão dos respondentes.

Figura 15 – Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Na segunda parte da pergunta: ...“E qual seria o reflexo desse resultado na economia do país?”, apenas 46,15% dos respondentes deram sequência em suas respostas onde prevaleceu a qualidade de vida em função de menor endividamento em três dos respondentes e, também, menos desperdício e consciência sobre o uso do dinheiro em apenas uma das respostas recebidas no instrumento de pesquisa.

Percebe-se que as respostas da diretora, da vice-diretora e dos professores muito condizem com a fundamentação teórica contida neste estudo. A importância da Educação Financeira com um tema transversal da Base Nacional Comum Curricular para a abordagem dentro das escolas, as consequências que uma boa instrução deste conteúdo acrescenta para a vida dos alunos e o reflexo disso na economia e também na sociedade.

4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Em fase de término desta pesquisa, foi possível delinear algumas limitações encontradas ao longo deste estudo. Tendo em vista que o estudo se concentrou em apenas uma escola do município, a opinião destes profissionais da rede pública passa a ser o limitador. No município de Nova Pádua-RS, a escola Luiz Gelain é a única a ofertar o ensino fundamental e ensino médio, conta com poucos profissionais e não possui coordenador pedagógico, não havendo assim outra opção para uma pesquisa mais abrangente.

5 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Tendo em vista a proximidade, o município de Flores da Cunha, cidade da qual Nova Pádua se emancipou há aproximadamente 20 anos, é o local indicado para a realização de uma nova pesquisa.

Por ser possível encontrar um número maior de escolas tanto públicas quanto privadas, sugere-se a repetição do estudo na mesma área com amostra maior, sendo possível aplicar questionários também para os alunos, para obter maiores resultados e conclusões acerca do tema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens teóricas que fundamentam o presente estudo demonstram o quanto importante é o desenvolvimento do tema da Educação Financeira, tanto para a sociedade em geral, quanto para as crianças, desde o início de suas vidas, através do ambiente escolar. Em sala de aula, os alunos iniciam o processo de formação de hábitos e, em razão do contato com o tema da Educação Financeira, passam a desenvolver tais conhecimentos em seus comportamentos cotidianos. Deste modo, espera-se que possuam consciência acerca de como planejar-se financeiramente de maneira adequada e visionária sobre seu futuro.

Diante disso, este estudo buscou descrever a inserção do tema da Educação Financeira de forma transversal nas disciplinas curriculares de uma escola pública no Município de Nova Pádua - RS e verificar a contribuição do tema na formação dos 232 alunos, no que se refere ao desenvolvimento de conhecimento, competências e habilidades.

Conforme a direção da instituição de ensino, a disciplina de Educação Financeira está inserida no currículo escolar como tema transversal da BNCC, sendo possível observar diversas mudanças positivas nos alunos após sua inserção.

Por parte dos professores, observou-se que todos conhecem as diretrizes da BNCC e acreditam que ela é a base ideal para um currículo consistente nas escolas, destacando a Educação Financeira como conteúdo de suma relevância para a abordagem dentro das salas de aula.

No entanto, certas questões demonstraram a necessidade de mais atenção dos gestores. A oferta de cursos e formações extras para os professores sobre a BNCC podem trazer novas formas de abordagens com as crianças, diminuindo o índice de profissionais que apontam não conseguirem trabalhar os conteúdos de forma adequada dentro da disciplina que ministram.

No geral, a maioria dos respondentes conhecem o tema e acreditam na importância que a educação financeira agrega na vida do aluno.

Como futura administradora, este estudo foi esclarecedor, pois apresentou vários temas desconhecidos, apresentando cada um deles e possibilitando o melhor entendimento.

Como pessoa, foi um aprendizado imenso, pois o tema da pesquisa além de ser muito importante, faz parte do cotidiano de nossas vidas. Como sempre estudei

na escola Luiz Gelain, conhecer um pouco mais sobre as opiniões dos profissionais, sobre o ensino e ver a importância que dão a assuntos como este me fez ficar muito orgulhosa. Espero poder aplicar de forma mais perspicaz o tema em minha rotina, e possibilitar aos que me cercam que possam usufruir da mesma forma que eu.

Conclui-se, portanto, que a Educação Financeira como tema transversal, oferece vantagens para os alunos, mostrando a eles o quão importante é ter uma vida financeira equilibrada e que o ato de poupar de hoje refletirá na capacidade de conquistar algo almejado no futuro.

REFERÊNCIAS

- AEF-BRASIL. **Infográfico Entendendo a ENEF**. Associação de Educação Financeira do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Infografico-frente-mesclado.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.
- AEF-BRASIL. **Relatório anual 2016**. Associação de Educação Financeira do Brasil, 2016. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/RELATORIO-ANUAL-2016-22-09-17_v10-final-final.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inclusão financeira**, n. 2. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Disponível em: https://img.travessa.com.br/capitulo/JORGE_ZAHAR/VIDA_PARA_CONSUMO_A_TRANSFORMACAO_DAS_PESSOAS_EM_MERCADORIA-9788537800669.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 set. 2022.
- BRASIL. Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil. **Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira**. Advancing National Strategies for Financial Education, publicado em conjunto pela Presidência Russa do G20 e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei_diretrizes_bases.htm. Acesso em: 17 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Histórico**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/9>. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – A etapa do ensino fundamental. Brasília: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/matematica>. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno economia** [livro eletrônico]: educação financeira, educação fiscal, trabalho. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Proposta de Práticas de Implementação. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o propósito de propor estratégia nacional de educação financeira. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/05-08-2014-COREMEC-Deliberacao3.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRÖNSTRUP, T. M. **Educação financeira nas escolas**: estudo de caso de uma escola privada de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS). Trabalho de Conclusão de Curso [graduação]. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/17111#:~:text=Os%20alunos%20apresentam%2>

Oconhecimentos%20sobre,adequado%20para%20englobar%20o%20assunto.
Acesso em: 16 ago. 2022.

BUSS, L. da S.; AMORIM, G. V. **Educação financeira**: a importância da sua inclusão no processo de ensino aprendizagem desde o ensino fundamental. Trabalho de Conclusão de curso [graduação]. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão – SC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16278>. Acesso em: 17 out. 2022.

CARVALHO, L. A.; SCHOLZ, R. H. “Se vê o básico do básico, quando a turma rende”: cenário da educação financeira no cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v.6, n.2, 2019 ISSN: 2319-0639 DOI: 10.18226/23190639.v6n2.05e. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/index>. Acesso em: 25 out. 2022.

CENTRO DE FINANÇAS. **Pesquisa global sobre educação financeira**: S&P finlit survey. Insper [s.d]. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; DA SILVA, M. N. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Rev. Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69 – 84, 2018, ISSN: 2358-4122. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/download/36841/25699/105754>. Acesso em: 22 set. 2022.

D'AQUINO, C. Educação Financeira. **O que é educação financeira**. 2016. Disponível em: <http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/513>. Acesso em: 16 ago. 2022.

DA SILVA, E.; OLIVEIRA, H. M.; DA SILVA, P. M. Consumismo, obsolescência programada e a qualidade de vida da sociedade moderna. **Rev Educ ambient em ação**, v. XIV, n. 53, 2018. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2108>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DA SILVA, G. O.; DE OLIVEIRA, G. S.; DA SILVA, M. M. Estudo de caso único: uma estratégia de pesquisa. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 78-90, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/44>. Acesso em: 07 nov. 2022.

DE AZEVEDO, S. S. **Educação financeira nos livros didáticos de matemática dos anos finais do ensino fundamental**. Dissertação [mestrado]. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34457/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Suedy%20Santos%20de%20Azevedo.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DE SOUZA, D. P. **A importância da educação financeira infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso [graduação]. Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-a-importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

DOMINGOS, R. A. Educação financeira uma ciência comportamental. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 3, n. 4, p. e341217, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i4.1217. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1217>. Acesso em: 14 out. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Comunicado FBEF 01/2021**, de 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/comunicadofbef21-01.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

FRANZONI, P.; QUARTIERI, M. T. Educação financeira e sustentabilidade na formação inicial dos futuros professores de matemática. **Interfaces Da Educação**, [S. l.], v. 11, n. 32, p. 188–212, 2020. DOI: 10.26514/inter.v11i32.3865. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3865>. Acesso em: 14 nov. 2022.

GUIMARÃES, C.; VIANA, L. S.; COSTA, P. H. de S. Os desafios da consciência ambiental: o marketing verde em questão. **C@LEA – Cadernos de Aulas do LEA**. n. 4, p. 94-104, 2015. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev4_artigo7.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

GUIMARÃES, T. M.; IGLESIAS, T. M. G. Educação financeira: um estudo comparado entre os estudantes do ensino médio de um Instituto Federal de Minas Gerais. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 11 n. 1, 2021. DOI: 10.18028/rgfc.v11i1.9486. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/9486>. Acesso em: 02 out. 2022.

INSTITUTO AKATU. **Panorama do consumo consciente no Brasil**: desafios, barreiras e motivações. Pesquisa Akatu, 2018. Disponível em: https://akatu.org.br/wp-content/uploads/2018/11/pdf_versao_final_apresenta%CC%81a7%CC%81a3o_pesquisa.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

INSTITUTO AKATU. **Vida Saudável e Sustentável 2021**. Resultados públicos. [s.d.] disponível em: https://akatu.org.br/wp-content/uploads/2021/12/VSS-2021-Relato%CC%81rio-Resultados-Pu%CC%81blicos_final.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

KIYOSAKI, R.T.; LECHTER S. L. **Pai Rico, Pai Pobre**. Tradução: Maria Monteiro. 46.ed. Editora Elsevier, 2000, 187 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MODERNELL, A. **Educação Financeira**. 2011. Disponível em: <http://ucho.info/afinal-oque-e-educacao-financeira>. Acesso em: 07 out. 2022.

PEREIRA, D. H.; FEITOSA, F. M.; SILVÉRIO, M. R.; DE SOUSA, R. C. **Educação financeira infantil seu impacto no consumo consciente**. Trabalho de Conclusão de Curso [graduação]. Faculdade Campos Salles, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15759070-Educacao-financeira-infantil-seu-impacto-no-consumo-consciente.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

PESQUISA, CNC. Endividamento e inadimplência do consumidor. CNC: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2022. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2022/08/052c2fb811e83994ca65268dc6e917ab.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

QUINTANA, A. C.; PACHECO, K. V. Percepção dos estudantes do ensino fundamental sobre a educação financeira e o consumo consciente. **Rev Educ Online**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 130-150, 2018. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/361/191>. Acesso em: 17 out. 2022.

RAFAEL, E. L. de L. *et al.* Educação Financeira: Autonomia Financeira E Consumo Consciente Para Estudantes Do Ensino Médio De Uma Escola Estadual De Cláudio. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 06, ed. 04, v. 15, p. 161-176, 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/autonomia-financeira>. Acesso em: 06 ago. 2022.

RODRIGUES, T. D. de F. F.; SARAMAGO DE OLIVEIRA, G.; ALVES DOS SANTOS, J. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SIEBEL, D. C.; ZDANOWICZ, J. E. Endividamento pessoal mediante o uso do cartão de crédito pelos trabalhadores de uma indústria calçadista no município de Sapiranga – RS. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica – RAEE**, n. 10, 2019. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/1350>. Acesso em: 26 set. 2022.

SOARES, S. de J. Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**, v. 1, n.3, pp.168-180, jan/dez-2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314/348>. Acesso em: 03 nov. 2022.

TORMES, J. R.; MONTEIRO, L.; MOURA, L. C. S. G. de A. Estudo de caso: uma metodologia para pesquisas educacionais. **Ensaio Pedagógico**, v. 2, n.1, p.18-25, 2018. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/57/100>. Acesso em: 05 nov. 2022.

WEARTHERFORD, J. **A história do dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WWF. **O que é preciso fazer para alcançar o desenvolvimento sustentável?** Disponível em:

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 09 set. 2022.

APÊNDICE A – PESQUISA SOBRE A PERSPECTIVA DO DIRETOR E VICE-DIRETOR SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA LUIZ GELAIN

Questionário:

1. Qual o nível de relevância que a Base Nacional Comum Curricular trouxe para os currículos da sua escola?

2. A BNCC pode ser considerada uma diretriz ideal para a inserção da modernidade de temas nas escolas?

3. Você como diretor, nas reuniões pedagógicas, propõe debates sobre os temas previstos na BNCC?

4. Foi possível identificar melhoras no comportamento dos estudantes depois da inserção dos conceitos da BNCC?

5. Você notou que com a chegada da pandemia, a implementação da BNCC dentro da sua escola foi prejudicada de alguma forma?

6. Você considera importante que seja feita a abordagem de Educação Financeira dentro das escolas?

7. Você presume que com o tema de educação financeira incluso nos temas da BNCC, as crianças passaram a receber uma boa introdução para lidar com sua vida financeira no futuro? Se sim, qual é o reflexo desse resultado nas suas vidas?

8. Tendo em vista essa importância, qual a idade você considera mais apropriada para que comece a ser abordado assuntos sobre a educação financeira? Por quê?

9. Na sua percepção, os alunos que concluem o ensino fundamental, já tem uma base sobre finanças?

APÊNDICE B – PESQUISA SOBRE A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA LUIZ GELAIN

Questionário:

1. Você conhece as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular?
2. Após a implementação da BNCC, foi realizado/oferecido alguma formação a respeito da mesma na escola em que você trabalha? Se sim, de que forma?
3. Você consegue trabalhar os conteúdos previstos na BNCC no planejamento da sua disciplina?
4. São realizados debates/discussões sobre os temas da BNCC com os demais colegas de escola?
5. Você presume que é necessário ter uma base como diretriz para todas as escolas? Caso ache que sim, você acha que a BNCC é a base ideal para isso? Caso não, por que acredita não ser ideal?
6. Você considera importante a abordagem de Educação Financeira dentro das escolas?
7. Com os temas de educação financeira previstos na BNCC, as crianças e adolescentes passaram a receber mais informações para lidar com sua vida financeira no futuro?
8. Você acredita que essas fontes de informações sobre educação financeira são suficientes para ensinar na sala de aula?
9. Independente das disciplinas que ministra, você se considera capaz de ensinar de alguma forma algo sobre a Educação Financeira?
10. De que forma a escola pode ajudar os alunos a gerirem futuramente sua vida financeira de forma consciente? E qual seria o reflexo desse resultado na economia do país?
11. Com sua experiência, qual você acha que seria a forma mais fácil de abordar as finanças com as crianças na educação básica?
12. Qual a idade você considera mais apropriada para abordar assuntos sobre a educação financeira? Por quê?
13. Considerando a possibilidade de inserir na grade curricular escolar uma disciplina específica de educação financeira, você considera importante?
14. No período que você foi aluno da educação básica, você teve contato de alguma forma com Educação Financeira?